

---

# PRODUZIR A CARNE DA MULTIDÃO: A ENTIDADE ACADÊMICO-CIENTÍFICA (ABDC) FEITA COMO MOVIMENTO COLETIVO

Janete Magalhães Carvalho<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este *textoescrito* busca analisar, na interface entre o biopoder e a biopotência política, a natureza das entidades acadêmico-científicas em suas aproximações e distinções dos movimentos sociais e dos movimentos coletivos.

Situa, nesse sentido, a Associação Brasileira de Currículos (ABdC) como uma entidade acadêmico-científica presente no cenário brasileiro recente, cujo campo de lutas ocorre em dupla dimensão: a de propor uma organização aberta e democrática às políticas curriculares em ação; a de opor-se às estruturas organizacionais curriculares da ordem verticalmente orientadas.

Debate, assim, alguns pressupostos a serem incorporados pela ABdC para que, como entidade de cunho acadêmico-científico, se constitua como uma força democrática instaurada no plano de imanência de uma prática social horizontal concreta.

Desse modo, propomos que deva se caracterizar pelo exercício de movimentos coletivos, constituindo-se processualmente, percorrendo o caminho da entidade para a multiplicidade por meio das artes da organização de agenciamentos coletivos político-educativos de todos aqueles que *pensampraticam* (OLIVEIRA, 2012) currículos.

## ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS COLETIVOS: COMO SE SITUAM AS ENTIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS?

O conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico. Porém, com a expansão do processo de globalização (tanto do ponto de vista econômico como cultural) e a disseminação de meios de

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação; professora titular do Departamento de Educação, Política e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Líder dos Grupos de Pesquisa: Currículos, cotidianos, culturas e redes de conhecimentos; Currículos, culturas, linguagens e formação de professores.

---

comunicação e veiculação da informação, os movimentos sociais rompem fronteiras geográficas em razão da natureza de suas causas.

Desse modo, regional, nacional ou internacional, a existência dos movimentos sociais é de fundamental importância para a sociedade civil como meio de manifestação e reivindicação. Alguns exemplos seriam: o da causa operária, o movimento negro, o movimento estudantil, o movimento de trabalhadores do campo, o movimento feminista, os movimentos ambientalistas, da luta contra a homofobia, entre outros.

Segundo Pasquino (1986, p. 787),<sup>2</sup> existem alguns elementos comuns na análise dos comportamentos coletivos e dos movimentos sociais, a saber: a ação em face da existência de tensões na sociedade; a identificação de uma mudança e/ou da necessidade dela; a passagem de um estágio de integração a outro por meio de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos. Entretanto, há de se proceder a uma definição que não omita a diferença entre movimentos coletivos e movimentos sociais, visto que estes: “[...] se constituem como tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados”.

Existem, desse modo, graus de diferença entre os chamados movimentos sociais e os movimentos coletivos, e essa distinção se baseia não somente em elementos derivados da experiência subjetiva (participação ou não), mas, fundamentalmente, no resultado objetivo do movimento, qual seja o da formação ou não de novas identidades e entidades representacionais.

A existência de um movimento social requer uma organização bem desenvolvida, o que demanda a mobilização de recursos e pessoas muito engajadas. Os movimentos sociais não se limitam a manifestações públicas esporádicas, pois tratam de organizações que sistematicamente atuam para alcançar seus objetivos políticos, o que significa haver uma luta constante e de longo prazo, dependendo da natureza da causa. Em outras palavras, os movimentos sociais possuem uma ação organizada de caráter permanente por uma determinada bandeira. Já os movimentos coletivos se caracterizam por seu caráter processual e emergencial. Por sua vez, as entidades acadêmico-científicas se identificam por uma forte vinculação a uma identidade representacional no campo das lutas de um setor do conhecimento, não apenas em suas relações com o avanço da ciência em determinada área de saber, mas, também, com a dimensão política entre o poder, o saber e as práticas sociais.

---

<sup>2</sup> Ver em Dicionário de Política escrito por Gianfranco Pasquino em colaboração com Norberto Bobbio e Nicola Matteucci.

---

Neste *textoescrita*, buscamos ver a relação entre movimentos sociais, movimentos coletivos, entidades acadêmico-científicas e a educação, entendendo com Ghon (2011) que a relação entre essas instâncias e a educação existe a partir das ações práticas de movimentos, entidades e grupos sociais, ocorrendo em duas formas principais: na interação dos movimentos e entidades em contato com organizações e instituições educacionais, e no interior dos movimentos sociais, dos movimentos coletivos e das entidades, dado o caráter educativo de suas ações. Com respeito à relação entre movimentos sociais, movimentos coletivos e entidades acadêmico-científicas, especialmente nos fóruns de pesquisa e na produção teórico-metodológica existente, o estudo dessa relação é relativamente recente.

Ainda de acordo com Ghon, no Brasil, essa relação vem sendo vagarosamente construída a partir do fim dos anos 1970, quando foram criadas novas associações ou ativadas entidades científicas já existentes, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), a Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e, mais recentemente, a Associação Brasileira de Currículo (ABdC) que passou a debater e tentar intervir nas questões afetas às políticas curriculares em suas formas, forças e modos de constituição, a discutir os problemas socioeconômicos e políticos envolvidos na definição das políticas curriculares e a destacar os grupos e movimentos envolvidos.

Desse modo, há uma relação em rede entre os movimentos sociais e as entidades acadêmico-científicas para além do debate em eventos científicos e pesquisas com a temática dos movimentos sociais e em sua relação com os problemas socioeconômicos e políticos no País, visto que tanto os movimentos sociais em seu protagonismo interferiram e interferem na pauta e nas articulações de luta das entidades acadêmico-científicas, como as entidades em sua relação com os movimentos sociais e seu próprio âmbito de atuação ensejam movimentos coletivos de luta por educação, ciência e garantia de direitos das populações (GOHN, 2011).

Assim sendo, as entidades, em si, não geram movimentos sociais, mas poderiam gerar movimentos coletivos.

Partimos, então, do pressuposto da necessária composição entre movimentos sociais, entidades acadêmico-científicas e movimentos coletivos, advogando sua inter-relação, pontuando uma relação direta e necessária entre os movimentos sociais e as entidades como movimentos

---

coletivos, visto que, como defendem Hardt e Negri (2005), na base da formação democrática de um corpo social encontra-se a multidão.

O corpo da multidão, não se opondo ao corpo dos movimentos sociais e das entidades acadêmico-científicas, não se coloca, entretanto, como uma ação organizada de caráter permanente ou como uma entidade de valores e interesses compartilhados ao longo do tempo. Seu caráter como movimento coletivo nos leva a questionar como o conceito de multidão,<sup>3</sup> proposto por Hardt e Negri (2005, 2006), a partir de Espinosa (1988), nos ajuda a pensar o potencial educativo desses laços sociais, dessa força-invenção para a formação e o exercício da cidadania no corpo das entidades acadêmico-científicas.

Figura 1 – Obra do artista Joseph E. Gadzinski



Fonte: <<http://iamhethatis.deviantart.com/>>.

Interessa-nos problematizar: como esse corpo da multidão pode intercruzar os movimentos e as entidades? Quais as potências desse movimento? Em quais *espaçostempos* um campo “comum” entre movimentos, entidades e populações pode ser criado?

Nesse sentido, o conceito de multidão deve ser compreendido não como simples reunião de muitas individualidades, visto que a multidão é um monstro revolucionário das singularidades não

---

<sup>3</sup> O conceito de multidão se coloca como oposto ao conceito de povo como massa passiva e amorfa. Refere-se ao povo que resiste e (re)existe inventando novos modos de estar na vida.

---

representáveis, sendo ela própria uma potência maior e diversa que a potência de cada corpo que entra em sua composição, envolvendo a ideia de inteligência coletiva (HARDT; NEGRI, 2005).

Na sociedade capitalista pós-industrial, também chamada de sociedade da comunicação e informação e de sociedade de controle, a vida de trabalho é regulada e ordenada por uma espécie de imersão em um fluxo contínuo que Negri (2005) denomina de biopolítico.

Nesse contexto, tanto o trabalho material como o trabalho dito imaterial – que produz, sobretudo, imagens, informações e serviços – requerem dos trabalhadores não a sua força bruta, nem os seus músculos, mas a sua inteligência, a sua imaginação, a sua criatividade, a sua afetividade, a sua conectividade. Segundo Pelbart (2014, p. 1), “[...] de uma ponta a outra do circuito econômico, isto é, da produção até o consumo, o que nos é hoje extorquido e sequestrado, ora investido e intensificado, ora reformatado e revendido é a vida”.

Para o autor, a vida, hoje, no contexto do mundo contemporâneo, apresenta-se em duas tendências contrapostas: na primeira dessas tendências, o biopoder penetrou todas as esferas da existência e as mobilizou, colocando-as para trabalhar em proveito próprio. O corpo, a afetividade, a inteligência, a imaginação, tudo foi invadido e colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes, que operam de maneira imanente, não mais de fora, nem de cima, mas como que por dentro, incorporando, integralizando, monitorando, investindo de maneira antecipatória até mesmo nos possíveis que vão se engendrando, ou seja, colonizando a vida.

Entretanto, quando parece que está tudo subsumido ao biopoder, no extremo da linha se insinua uma segunda tendência, uma reviravolta que ressignifica a própria dominação, ou seja, aquilo que parecia inteiramente submetido, que parecia subsumido e controlado, dominado, isto é, a vida, revela, no processo mesmo de sua expropriação, a sua positividade indomável. Para Pelbart (2014, p. 2), “Poderíamos resumir este movimento do seguinte modo: ao biopoder, quer dizer, ao poder sobre a vida, responde a biopotência, isto é, a potência da vida”.

Nessa perspectiva, a produção do novo já não aparece como exclusivamente subordinada aos ditames das “máquinas sociais”, mas se constitui como uma potência psíquica e política que inventa, na densidade social, novos desejos e novas crenças, novas associações e formas de cooperação, reencontrando a potência da força-invenção.

Assim sendo, a multidão é um termo que tenta conjugar estas duas dimensões: por um lado, o comum, por outro, a singularidade. Um conjunto de singularidades que não se torna homogêneo e que não pode ser reduzido a uma unidade. A multidão é justamente essa conjunção quase

---

impensável de multiplicidade e variação. É aquilo com o que o poder não sabe muito bem o que fazer. Ele tenta regulá-la, tenta contê-la, modulá-la. Não tem nada a ver com a massa, a unidade, a medida, a soberania no sentido clássico da palavra. A multidão tem muito menos a ver com tudo aquilo que pretende representá-la. Figuras políticas, midiáticas, que ora tentam falar em seu nome, ora tentam expropriá-la da sua potência. Daí por que parte de uma resistência hoje passa pelo êxodo dessas instâncias que tentam falar em nome de um comum. E a resistência passa pela experimentação concreta e imanente, pela constituição de novos espaços e novos tempos, pela invenção de novas formas de cooperação e associação, pela constituição também de novos desejos que, não excluindo os interesses específicos dos movimentos sociais, concebem a carne da multidão como uma biopotência para a aprendizagem política e a formação da cidadania rebelde e revolucionária (PELBART, 2011) que se manifesta nos movimentos coletivos em sua conexão com os movimentos sociais, mas os extrapolam em suas singularidades e entidades.

Desse modo, na carne da multidão, no cerne da biopotência, devem se situar as aproximações entre movimentos sociais, entidades acadêmico-científicas e movimentos coletivos. As entidades, em contextos biopolíticos, devem dar-se à multidão, dar-se ao duplo da *instituto* e da mobilidade, dar-se ao risco do nomadismo. Tratar-se-ia, talvez, de indagar em que medida é possível se manter movente e ainda estabelecer lugares, mas, justamente no movimento, poderiam ser criados novos lugares; ao invés de permanecer em território, fazer expandi-lo para além de suas bordas. Eis a necessidade de criar, no seio da impotência máxima gerada pelo biopoder, a potência máxima da inteligência coletiva para inventar outros modos de estar na vida..

### **ENTIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO (ABDC)**

A Associação Brasileira de Currículos é uma entidade acadêmico-científica presente no cenário brasileiro recente, cujo campo de lutas ocorre em dupla dimensão: a de propor uma organização aberta e democrática às políticas curriculares em ação; a de opor-se às estruturas organizacionais curriculares verticalmente orientadas.

A ABdC, conforme consta em seu Estatuto, é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, caracterizando-se como pessoa jurídica de direito privado. Foi criada dia 8 de junho de 2011, em Assembleia de fundação, na cidade do Rio de Janeiro, congregando profissionais voltados para *praticaspensantes* de pesquisa, de docência, de planejamento, de gestão e de extensão no campo do currículo. A presidência, nos períodos de 2011-2012 e 2013-2014, foi exercida pela

---

Profa. Dra. Nilda Alves. Depois foi eleita para o período subsequente, 2015-2016, a Profa. Dra. Inês Barbosa de Oliveira.

No Capítulo I, o Estatuto da ABdC estabelece, em seu Art. 5º., como seus objetivos:

I. congregar os profissionais e estudantes que realizam atividades de pesquisa e/ou docência e extensão no campo do Currículo; II. realizar e fomentar estudos no campo do Currículo; III. estimular estudos do campo do Currículo com áreas afins, promovendo intercâmbios com pesquisadores, associações e sociedades congêneres nacionais e/ou internacionais; IV. estimular a criação de linhas e grupos de pesquisa no campo do Currículo nos programas de pós-graduação em Educação no Brasil; V. promover o reconhecimento do pluralismo teórico nas atividades e produções do campo do Currículo; VI. atuar no sentido de influenciar nas políticas públicas em Educação e no campo do Currículo para os diversos níveis e modalidades de ensino; VII. estimular a implantação de diferentes formas de difusão e divulgação de produções no campo do Currículo; VIII. organizar e promover eventos, seminários, cursos e outras iniciativas similares, bem como todas as atividades que contribuirão para o desenvolvimento do campo do Currículo, isoladamente ou em contato com associações congêneres, com vistas à atualização do conhecimento e à socialização das experiências realizadas no campo do Currículo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO, 2015, p. 1).

Assim, dentre os seus objetivos, inscreve-se, em associação com o desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas no campo curricular, a clara intencionalidade de interferir/atuar na definição das políticas públicas em educação e, em especial, no campo do currículo.

Nesse sentido, uma questão se impõe: se as entidades acadêmico-científicas, no caso a ABdC, apresentam propostas e intenções particulares de luta, essas lutas são representativas dos grupos sociais a que pretendem potencializar? E, se, nem tanto, como poderiam se constituir como expressões de movimentos coletivos?

Desde a sua criação em 2011, a ABdC tem buscado interlocução, no sentido de participação efetiva na definição das políticas curriculares em âmbito nacional e, nessa perspectiva, tem participado de fóruns de debates institucionais, promovido conferências e organizado publicações em periódicos qualificados pela CAPES. Anualmente publica, desde 2012, três dossiês temáticos: um na Revista Teias do PROPEd/UERJ, outro na Revista e-Curriculum da PUC/SP e outro na Revista Currículo sem Fronteiras. Como dito, não se restringindo a essas publicações, no *espaçotempo* deste artigo, tomaremos como exemplo da luta travada pela ABdC o número de

---

out./dez., de 2014, da Revista e-Curriculum,<sup>4</sup> organizada pelas professoras Dra. Elizabeth Macedo e Dra. Maria Luiza Sussekind. Esse dossiê é composto por 13 artigos, tendo como mote central a luta contra a definição das Bases Nacionais Curriculares Comuns (BNCC) “de cima”, ou seja, de forma verticalmente orientada.

Há muito, as discussões em torno das BNCC são evocadas de modo intempestivo na área das discussões curriculares, assumindo, por vezes, o campo teórico como local privilegiado, e, outras tantas, as relações mais imanentes de sua produção. Esses campos privilegiados não apenas marcam as defesas de um e outro, mas também seu próprio campo de emergência, constituindo-se, assim, campos de disputas de *saberes/fazer* curriculares. Essa disputa, entretanto, não implica o predomínio de um sobre o outro, mas uma constante prática de revezamentos (DELEUZE, 1979); os currículos e os modos de pensá-lo inserem-se em indagações e, ante as perguntas, mobilizam-se.

É nesse contexto que não podemos negar a potência do dossiê como a ampliação desse campo discursivo que se engendra em torno do currículo e das BNCC, fazendo-se, portanto, como um traço de um movimento coletivo.

Na apresentação do dossiê as organizadoras (MACEDO; SUSSEKIND, 2014) iniciam a Introdução tomando como base a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), para o período 2014-2024, documento constituído por 20 metas, dentre as quais se destacam: a universalização da alfabetização, a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais, a valorização da diversidade, a valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica. O PNE faz menção a uma Base Nacional Curricular Comum, e as pesquisadoras pontuam que, a partir do PNE, o MEC intensificou o debate sobre a definição das BNCC, produzindo um documento-base assinado pela SEB/MEC. Em torno desse debate, vem ocorrendo seminários, consultas públicas, consultas a municípios sobre suas propostas curriculares patrocinadas não somente pelo MEC, mas também por diferentes instâncias governamentais, CNE, CONSED, UNDIME, Senado Federal, que são inseridas ou se inserem ao lado de instâncias da iniciativa privada para discutir tal base.

As pesquisadoras pontuam que a ABdC, assim como o GT de Currículo da ANPEd têm participado desses debates, buscando levar a posição dos seus associados, estudiosos do campo do currículo. Citando Alves (2014), explicitam que a discussão sobre base nacional comum remonta aos anos 1980 e tem sido significada de formas muito diversas. Nesse sentido, argumentam que o

---

<sup>4</sup> Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1460-1463, out./dez.2014 ISSN: 1809-3876. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>

---

debate atual reproduz alguns dos argumentos utilizados, ao longo dessas mais de três décadas, na defesa e no ataque às tentativas de controle do currículo, mas não se restringe a eles, pois, desde os anos 1990, as propostas de currículos nacionais, núcleos centrais, bases curriculares têm surgido ininterruptamente em diferentes países do mundo. Afirmam, porém, que, como se deve esperar de um pensamento acadêmico comprometido, tais políticas têm gerado muitas pesquisas e um acúmulo de conhecimentos no campo do currículo relevantes ao debate.

Afirmam, assim, que, considerado o dossiê como um agenciamento inserido num campo de lutas, resolveram transformar esse número especial da e-Curriculum, a cargo da ABdC, em mais uma contribuição para o debate convocado pelo MEC.

As organizadoras do dossiê finalizam a apresentação com uma evidência de que a ABdC reconhece a necessária correlação entre o debate acadêmico-científico e o “chão da escola” (professores, alunos, comunidades, sociedade), posicionando-se na busca de movimentos mais coletivos:

Esperamos que fique claro, por estes textos, parte do que as pesquisas em educação e currículo vêm mostrando — a complexidade da temática — que merece, portanto, um cuidadoso e amplo debate. Por amplo, entendemos um debate do qual participemos não apenas nós, pesquisadores do campo do currículo, mas toda a sociedade. Especialmente relevante, como aponta a maioria dos textos, é a participação dos professores que precisa, para acontecer, da garantia de condições materiais, dentre as quais um plano de carreira e uma política salarial compatível, como preconizado pela meta 18 do Plano Nacional de Educação (MACEDO, SUSSEKIND, 2014, p. 1463).

Tentaremos a seguir examinar alguns pressupostos para que a ABdC, como entidade acadêmico-científica, possa vir a se constituir em comunhão com outras entidades, no plano de imanência de uma prática discursiva social e horizontal. Dito de outro modo, que se faça na concretude da vida biotencializada por movimentos coletivos em correlação com os movimentos sociais.

### **DA ENTIDADE PARA A MULTIPLICIDADE**

Entender a sociedade como redes ligadas por desejos e interesses levanta o problema de sua constituição. Opondo ao conceito de massa o de multidão, Negri (2005) pontua que, quando falamos de multidão, estamos nos referindo a um conjunto mais do que a uma soma de singularidades cooperantes. Para ele, a multidão pode ser definida como o conjunto de

---

singularidades cooperadoras que se apresentam como uma rede, uma *network*, um conjunto que define as singularidades em suas relações umas com as outras, portanto distintas da massa passiva e amorfa, visto que, na singularidade, o homem vive na relação com o outro e se define na relação com o outro; sem o outro ele não existe em si mesmo.

É a partir da singularidade que se explica o comum. Buscar o comum não significa buscar realidades pressupostas. Ao considerarmos o mundo como feito de singularidades que consistem em relações e, portanto, existem na medida em que estão em relações, aumentamos nossa capacidade de ação em redes que se convertam em reais e produtivas, nas quais a relação entre singularidade e cooperação se torna fundamental.

Figura 2 – Obra do artista Fiona



Disponível em: <<http://raven5677.deviantart.com/>>.

Desse modo, ao focarmos as *praticaspensantes* educativas e políticas, entendemos que elas estão inseridas em todo um esforço coletivo, envolvendo a participação de múltiplos agentes sociais que, direta ou indiretamente, contribuem para a melhoria das condições de vida de indivíduos e populações. No caso, para o desenvolvimento da ciência, da política e das práticas sociais concernentes ao campo curricular no Brasil.

Entendemos, assim, também, que a dimensão política se efetiva pelos fluxos de conhecimentos, linguagens e afetos, enfim, em redes de trabalho informativo, linguístico e afetivo que devem ocorrer entre a ABdC e todos aqueles potencialmente interessados nas questões curriculares, em suas variadas interfaces, dimensões e populações, buscando a emergência de outra concepção de público, de coletivo e de educação.

---

Partimos, desse modo, do pressuposto de que a constituição de redes compartilhadas das entidades acadêmico-científicas com movimentos coletivos e sociais pode estar na origem de uma nova racionalidade, assim como do desejo de que essa constituição possa avançar à medida que, pela linguagem, pelo conhecimento, pelos afetos e afecções, se introduzam experimentações e exercícios de compartilhamento de saberes e experiências cada vez mais vastos.

Nessa direção, Pelbart (2014, p.4) questiona se, para tanto, não seria o caso de percorrer as duas vias: o poder sobre a vida e a potência da vida, ou seja, o biopoder e as biopotências, como numa fita de Moebius, afirmando uma espécie de reversibilidade entre ambos. Assim, questiona: “[...] dado que o poder se encontra por toda parte e que a biopotência é disseminada por todo lado, dada essa força-invenção presente em todo lugar, que novas redes de vida vão surgindo?” E, mais adiante: “Que novas possibilidades de criar laços surgem a cada dia?”.

Enfim, indagamos: como o conceito de multidão, proposto por Hardt e Negri (2005), a partir de Espinosa (1988, 2007), poderia ajudar a pensar as sociabilidades e a formação política emergentes no contexto descrito? O que pode um corpo político? Como constituí-lo?

Espinosa (2007, p. 97) nos dá uma ideia de como poderia ser um corpo assim. Escreve ele: “O corpo humano é composto de muitos indivíduos de naturezas diferentes, cada um dos quais é altamente heterogêneo – e, no entanto, essa multidão de multidões é capaz de agir em comum como um corpo único”. Desse modo, ainda que a multidão forme um corpo, continuará sempre a ser uma composição plural e nunca se tornará um todo unitário dividido por órgãos hierárquicos.

Assinala, assim, que cada indivíduo poderia ser definido por um grau de potência singular e, portanto, por certo poder de afetar e de ser afetado. Somos, então, um grau de potência definido por nosso poder de afetar e de ser afetado e saber o quanto podemos afetar e ser afetados, é sempre uma questão de experimentação.

Então, como preencher o poder de afetar e ser afetado que nos corresponde? Segundo Espinosa (2007), podemos apenas ser afetados pelas coisas que nos rodeiam, nos encontros que temos ao sabor do acaso. Esses encontros podem ser maus encontros, que nos deem paixões tristes, ódio, inveja, ressentimento, humilhação, e isso diminui nossa força de existir e nos separa de nossa potência de agir. Sendo assim, devemos evitar o cultivo das paixões tristes, visto que as paixões não são um problema em si; elas existem e são inevitáveis. Não são boas nem ruins; são necessárias no encontro dos corpos e nos encontros das ideias. O que, sim, numa certa medida, é evitável são as paixões tristes, que nos escravizam na impotência. Em outros termos, apenas por meio das paixões alegres nós nos aproximamos daquele ponto de conversão em que podemos deixar de apenas

---

padecer para podermos agir; deixar de ter apenas paixões para podermos ter ações, para podermos desdobrar nossa potência de agir, nosso poder de afetar, nosso poder de sermos a causa direta das nossas ações, e não de obedecermos sempre a causas externas, padecendo delas, estando sempre à mercê delas (PELBART, 2013).

Deleuze (2002), em seu livro sobre Espinosa, pontua que ninguém sabe de antemão de que afectos é capaz. Não sabemos ainda o que pode um corpo ou uma alma. É uma questão de experimentação, mas também de prudência. A questão é saber se as relações podem se compor para formar uma nova relação, ou se os poderes podem se compor de modo a constituir um poder mais intenso, uma potência mais “intensa”.

“Livres de qualquer nostalgia dos corpos sociais modernos que se dissolveram ou do povo que está faltando, podemos ver que estamos vivenciando uma espécie de carne social, uma carne que não é um corpo, uma carne que é substância viva” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 251). Assim, a carne da multidão é puro potencial, uma força informe de vida e, nesse sentido, um elemento do ser social voltado para a plenitude da vida social, cultural, econômica, afetiva...

A carne social viva que não é um corpo unitário pode facilmente parecer monstruosa. Para muitos, essas multidões que não são povos e nem nações ou sequer comunidades constituem um exemplo de caos resultante do colapso da ordem social moderna, entretanto “[...] temos que entender essa carne social viva como a impossibilidade de um retorno ao estado natural: identidades naturais da família, da comunidade, de povo e de nação” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 251).

Mais uma vez Espinosa (1988) é quem mais claramente prevê essa natureza monstruosa da multidão, concebendo a vida como uma tapeçaria na qual as paixões singulares tecem uma capacidade incomum de transformação. Assim Espinosa mostra as metamorfoses da carne não só como um perigo, mas como a possibilidade de criarmos uma sociedade alternativa.

Dito de outro modo: como constituir e construir um horizonte de democracia radical? Como constituir as entidades acadêmico-científicas, além das torres das catedrais dos *saberespoderes*, de modo que envolvam em suas *praticaspensantes* as populações e grupos potencialmente interessados, agenciando movimentos coletivos?

Como questiona Hardt (1996, p. 182): “Em outras palavras, quais são as ferramentas de utilidade que encontramos na filosofia da Deleuze, fundamentada em Espinosa, para avançarmos em nossos projetos políticos?”.

---

As distinções se baseiam na multiplicidade da organização contra a multiplicidade da ordem, e os agenciamentos de potência contra os dispositivos do poder e, assim, torna-se urgente para uma entidade acadêmico-científica como a ABdC desenvolver uma concepção dinâmica de sociedade democrática aberta, horizontal e coletiva.

Nesse sentido, observamos que, aparentemente, o posicionamento de democracia, até agora apresentado, fundamentado em Espinosa, Deleuze e Negri, parece coincidir com o posicionamento do liberalismo sobre democracia, entretanto, ele (o posicionamento) se afasta porque para tais intercessores teóricos os fins da sociedade são indeterminados, constituindo um movimento de sociedade aberta à vontade de seus membros constitutivos, permanecendo o discurso ontológico de uma sociedade aberta à intervenção das criações políticas e do devir social: na perspectiva ontológica da produtibilidade do ser. “O que é aberto, e o que articula o ontológico ao político, é a expressão do poder: o livre conflito e a composição do campo de forças sociais” (HARDT, 1996, p. 183).

Construir e fazer fluir essa composição é tarefa de toda entidade acadêmico-científica, no caso, da ABdC, deverá saber diferenciar uma organização aberta de sociedade das estruturas verticais da ordem.

Considerando que qualquer organização deve ser um processo contínuo de composição e decomposição, por meio de encontros sociais em um campo imanente de forças, deve-se ter clareza de que o horizonte da sociedade democrática é plano, horizontal. O que não equivale a dizer, devido à interação das forças imanentes, que não possa retornar ao estado zero de igualdade, ou seja, a organização carrega em si mesma a força do poder destrutivo do retorno ou de instâncias dos poderes da verticalidade e, apesar de estar sujeita a processos regressivos, deve a organização de uma entidade acadêmico-científica se manter aberta à multiplicidade plural.

Os dispositivos, ou desdobramentos, estruturam uma ordem social DESDE CIMA. Os agenciamentos constituem os mecanismos de organização DESDE BAIXO, a partir de um plano social imanente e, sendo assim, “Uma política prática de corpos sociais libera as forças imanentes das estruturas e formas pré-determinadas, para descobrir seus próprios fins, inventar a sua própria constituição” (HARDT, 1996, p. 184). Desse modo, uma entidade acadêmico-científica, no caso a ABdC, deve se constituir como sociedade horizontal, como lugar aberto que alimenta a criação e a composição prática (tanto quanto a destruição e a decomposição), devendo atuar como movimento coletivo.

---

Isso porque as fronteiras dos corpos sociais estão sujeitas, continuamente, a mudanças, à medida que a prática do agenciamento decompõe certas relações e compõe outras e, sendo assim, as *praticaspensantes* das entidades devem ser de uma política dirigida para a criação de corpos sociais ou planos de composição que são sempre poderosos, enquanto permanecem, ao mesmo tempo, abertos aos antagonismos internos, às forças reais de destruição e decomposição ( em especial, as forças DESDE CIMA).

O arranjo político é certamente uma arte, visto que precisa ser continuamente reinventado e essa arte da reinvenção necessita estar presente na ABdC, dando corpo aos seus mecanismos constitutivos como práticas sociais concretas e não representacionais. A Entidade, pensada como carne da multidão, dá-se a dançar em suas figuras, buscando modos de dar-se a falar, de dar-se a escutar, a escrever e a inscrever. Para além das entidades, e na multiplicidade e composição, inscrevem-se movimentos coletivos.

De acordo com Hardt (1996, p. 185), deveríamos procurar distinguir os mecanismos materiais de agregação social que podem constituir relações adequadas, afirmativas e alegres e, por conseguinte, agenciamentos subjetivos poderosos para a constituição do “comum”, pois “Preencher a passagem da multiplicidade à multidão continua a ser, para nós, o projeto central para uma prática política democrática”.

### **PARA CONCLUIR: A ARTE DA ORGANIZAÇÃO PARA UM AGENCIAMENTO POLÍTICO-EDUCATIVO**

Os antigos definiam a lei natural em termos de perfeição: concebiam a natureza como algo orientado para os seus fins, para uma causa final. Espinosa rejeita a causa final como causa eficiente: “A lei da natureza não mais se refere a uma perfeição final, mas ao desejo inicial, ao mais forte ‘apetite’”(HARDT; NEGRI, 2005, p. 259).

Espinosa (1988, 2007) insiste para que comecemos o nosso pensamento político a partir do mais baixo nível de nosso poder, do ponto mais baixo da organização social, pois afirma que, da mesma maneira que ninguém nasce racional, ninguém nasce cidadão. É um processo que passa das afecções às ações, à constituição das noções comuns, por princípios de educabilidade, visto que, no estado de natureza, experimento encontros casuais com outros corpos que, uma vez que somos predominantemente determinados por paixões, têm muito pouco em comum com o meu. Então, a passagem das afecções passivas para as ativas envolve descobrir e atuar no sentido de aumentar o nosso poder, numa passagem do direito natural para o direito civil, visto que: “Poderia haver uma

---

única maneira de tornar o estado da natureza suportável: lutando para organizar seus encontros” (ESPINOSA, 1988, p. 37).

O estado civil é o estado de natureza tornado suportável; ou, mais precisamente, é o estado da natureza insuflado pelo projeto de aumento de nossa potência. Como já vimos, o aumento de nossa potência envolve a organização de relações componíveis: “Se duas pessoas concordam entre si e unem as suas forças, terão mais poder conjuntamente e, conseqüentemente, um direito superior sobre a natureza, que cada uma delas não possui sozinha e, quanto mais numerosos forem os homens que tenham posto as suas forças em comum, mais direito terão eles todos” (ESPINOSA, 1988, p. 35).

Assim, os processos formativos devem estar orientados para a organização dos encontros sociais de modo a encorajar relações úteis e componíveis; é essa a “arte de organizar encontros”. Desse modo, devemos seguir da liberdade da ordem para a liberdade de organização, pois a liberdade da multiplicidade torna-se a liberdade da multidão. E a regra da multidão é a passagem da soberania, da ordem disciplinar, da ordem biopolítica da sociedade de controle para a regra da democracia. Entretanto, essa orientação política geral só toma sentido quando desvendamos, cartografamos seus mecanismos constitutivos concretos, visto que somente a prática social pode dar corpo ao processo de educação e organização política, fazendo a passagem do indivíduo para o cidadão.

Nesse sentido, é que compreendemos a organização de entidades acadêmico-científicas, atuando como movimento coletivo em composição e decomposição com grupos e populações de seu campo de atuação, e, para além dele, como uma arte de agenciamento político-educativo que se faz e desfaz na arte dos “encontros”.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma base nacional comum. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1464-1479, out./dez. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO. *Estatuto*. Disponível em: <associacaobrasileiradecurriculo.blogspot.com.br>. Acesso em: 12 abr. 2015.

DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder: conversas entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Espinosa: filosofia prática*. Tradução de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

ESPINOSA, Bento de. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. *Tratado teológico-político*. Tradução de Diogo Pires Aurélio. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

- 
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/agosto 2011.
- HARDT, Michael. *Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia*. Tradução de Sueli Cavendish. São Paulo: Editora 34, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Império*. 8. ed. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MACEDO, Elizabeth; SUSSEKIND, Maria Luiza. Introdução. Dossiê temático: debates em torno da ideia de Bases Curriculares Nacionais, *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1460-1463, out./dez. 2014.
- NEGRI, Antonio. *A constituição do comum*. Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo: Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. Rio de Janeiro: RITS, 2005.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos pensados/praticados pelos praticantes/pensantes dos cotidianos das escolas. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). *Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Vitória, ES: NUPEC/UFES, 2012.
- PASQUINO, Giangfranco. Movimentos sociais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 2. ed. Tradução de João Ferreira, Carmem C. Varrialle e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 787-792.
- PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo. Iluminuras, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Anota aí: eu sou ninguém*. Disponível em: <<http://aldeianago.com.br/artigos/91-dando-o-que-falar/7955>>. Acesso em: 22 maio 2014.
- \_\_\_\_\_. *Viver não é sobreviver: para além da vida aprisionada*. III Seminário Internacional A Educação Medicalizada: reconhecer e acolher as diferenças. Disponível em: <<http://www.redehumanizaus.net/63611>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

---

## RESUMO

Analisa, na interface entre o biopoder e a biopotência política, a natureza das entidades acadêmico-científicas em suas aproximações e distinções dos movimentos sociais e dos movimentos coletivos. Problematiza, nesse sentido, a Associação Brasileira de Currículos (ABdC) como uma entidade acadêmico-científica no cenário brasileiro recente, cujo campo de lutas ocorre em dupla dimensão: propor uma organização aberta e democrática às políticas curriculares em ação; opor-se às estruturas curriculares verticalmente orientadas. Debate postulados a serem incorporados pela ABdC para que, como entidade acadêmico-científica, se constitua como uma força democrática instaurada no plano de imanência de uma prática social horizontal e concreta, trilhando o caminho da entidade para a multiplicidade por meio da arte da organização de agenciamentos coletivos políticos e educativos de todos aqueles que pensam e praticam currículos.

**Palavras-chave:** Políticas curriculares. Associação Brasileira de Currículo. Entidade Acadêmico-Científica. Movimento Coletivo. Multidão.

## PRODUCE THE FLESH OF THE MULTITUDE: THE ACADEMIC-SCIENTIFIC ENTITY (ABDC) MADE AS A COLLECTIVE MOVEMENT

### ABSTRACT

Examines, in the interface between biopower and political biopotency, the nature of academic-scientific entities in their similarities and distinctions of social movements and collective movements. Problematizes, in this sense, the Brazilian Association of Curriculum (ABdC) as an academic-scientific entity in recent Brazilian scenario, whose field of struggle occurs in double dimension: propose an open and democratic organization to curriculum policies in action; oppose the vertically oriented structures of curriculum. Debate, postulated to be incorporated by ABdC so that, as an academic-scientific entity, is constituted as a democratic force established in immanence plan of a horizontal and concrete social practice, walking the path from the entity to the multiplicity through the art of organization the political and educational collective assemblages of those who think and practice curriculum.

**Keywords:** Curriculum policies. Brazilian Association of Curriculum. Academic-scientific entities. Collective movements. Multitude.

*Submetido em: setembro de 2015*  
*Aprovado em: dezembro de 2015*